

Instituição de Educação Infantil: espaço de escuta, fala e fazer pedagógico acolhedor e sensível

Early Childhood Education Institution: space for listening, speaking and teaching in a welcoming and sensitive way

 Gleuze Pereira Marinho Moura*

Recebido em: 4 abr. 2023
Aprovado em: 3 jul. 2023

Resumo: Este trabalho busca versar sobre o papel da instituição de educação infantil como espaço de promoção da escuta e fala dos envolvidos no processo pedagógico, sobretudo as crianças que, a luz da historiografia, história da educação/infância e a bibliografia que embasa este trabalho, denotam que as crianças e as infâncias, muitas vezes, foram (e são) percebidas sob o ponto de vista do adulto ou necessidades destes. Nesse sentido observa-se que ao longo das últimas décadas não se pode falar de uma infância, mas sim de infâncias. Tão pouco deve-se firmar a infância como uma invenção cultural ou abreviá-la a aspectos biológicos e psicológicos do desenvolvimento humano. Neste texto, por meio da análise qualitativa, de revisão bibliográfica e o compartilhamento de um relato de experiência, leva-se em consideração a escuta e acolhida das crianças e famílias, de forma que estas se sintam parte do processo pedagógico e “recurso” para que o profissional da primeira infância conheça melhor suas crianças, com vistas à criança como centro do fazer pedagógico e ator principal ao longo de todo o processo. Assim sendo, o estudo está dividido em quatro tópicos: a história da Infância e seu viés para estudos e reflexões sobre a Educação Infantil; a infância e o seu lugar de fala; o fazer pedagógico acolhedor e um breve relato de experiência com a educação infantil. Finalmente, sem necessariamente trazer conclusões como resposta, apresenta-se neste trabalho reflexões a partir da questão: como os estudos no campo da história da infância podem contribuir para o construto de práticas pedagógicas mais acolhedoras na Educação Infantil?

Palavras-chave: Educação Infantil. Infância. Historiografia. Acolhida.

Abstract: This work seeks to deal with the role of the institution of early childhood education as a space for promoting listening and speaking of those involved in the pedagogical process, especially the children who, in the light of historiography, history of education/childhood and the bibliography that underpins this work, denote that children and childhoods were (and are) often perceived from the point of view of adults or their needs. In this sense, it is observed that over the last few decades one cannot speak of a childhood, but of childhoods. Neither should childhood be established as a cultural invention or abbreviated to biological and psychological aspects of human development. In this text, through a qualitative analysis, a bibliographical review and the sharing of an experience report, listening and welcoming children and families are taken into account, so that they feel part of the pedagogical process and a “resource” for that early childhood professionals get to know their children better, with a view to the child as the center of pedagogical work and the main actor throughout the entire process. Therefore, the study is divided into four topics: The history of Childhood and its bias towards studies and reflections on Early Childhood Education; childhood and its place of speech; the welcoming pedagogical practice and a brief report of experience with early childhood education. Finally, without necessarily bringing conclusions as an answer, reflections are presented in this work based on the question: how can studies in the field of childhood history contribute to the construction of more welcoming pedagogical practices in Early Childhood Education?

Keywords: Early childhood education. Childhood. Historiography. Welcome.

* Gleuze Pereira Marinho Moura é mestranda em Educação no PPGE-MP, pela Universidade de Brasília (UnB), com destaque para a Infância e Escolarização, no campo da história/historiografia da Educação do Distrito Federal; especialista em Orientação Educacional. Professora de Educação Básica na Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal – SEEDF. Contato: glemarinho@yahoo.com.br.

Introdução

O presente estudo fará uma breve reflexão acerca da Educação Infantil como espaço de escuta e fala para um fazer pedagógico sensível e acolhedor entre os envolvidos ao longo desta etapa da educação. Para isso será levado em consideração alguns referenciais teóricos que cotejam as crianças a partir da história da infância, que possibilitam a reflexão sobre estes sujeitos numa perspectiva teórica e com teóricos que se debruçaram, sobretudo, nos estudos correlatos a história da criança, infância e a historiografia desta.

A metodologia aqui conferida trata-se de uma análise qualitativa, realizada a partir da revisão bibliográfica de alguns teóricos e estudiosos da história da infância como, Phillippe Ariés (1960); Kuhlmann Jr. (2000); Arce (2007); Campos (1997); Egle Becchi (1994); Lüdke e André (2020), além do Currículo em Movimento para a Educação Infantil (2018), que dará suporte naquilo que orienta as ações pedagógicas no Distrito Federal na atualidade, junto com suporte constitucional de 1988. Sobre as abordagens qualitativas Lüdke e André (2020, p.14) reiteram o envolvimento e a “obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada”. Deste modo, para estas pesquisadoras há maior ênfase no processo que no produto, junto a inquietação do pesquisador em compor as perspectivas dos participantes.

Nesse constructo de ideias e para melhor ilustrar o quanto a oportunização de espaços de fala nas instituições infantis contribui para melhores vivências e práticas há a socialização de um breve relato de experiência relativo à vivência pedagógica da autora com crianças e famílias, ao longo do ano de 2020, quando o mundo conviveu com o auge da pandemia de Covid-19 e as escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal adotaram um formato emergencial com aulas remotas.

Assim, o texto busca contribuir para apreciação crítica do quão fundamental pode ser a construção de práticas pedagógicas que possibilitem a escuta e o olhar sensível do professor junto aos envolvidos no processo pedagógico, de modo a propor ações mais humanizadas, como a conferida no relato. A análise bibliográfica, a partir do referencial teórico que priorizou pesquisadores do campo da história da infância, deu-se a partir da relevância dos trabalhos, aqui citados, dentro deste campo e tais pesquisadores serem precursores nos estudos da história e historiografia da infância.

Nesse sentido, o olhar permitido por estes estudos perpassa o viés da psicologia, por exemplo, de modo que incitou pesquisadores de diversos campos de estudos a realizarem pesquisas sobre a infância e com a infância, em seus mais múltiplos aspectos e que no campo da história contempla a busca por indícios que

revelam, em alguma medida, as relações constituídas em um dado período.

Assim sendo, para que as ideias apresentadas sejam melhor percebidas ao longo desse percurso investigativo, e as mesmas ocorram de maneira didática, o estudo está dividido em quatro tópicos.

O primeiro ponto abordado, *A história da infância e seu viés para estudos e reflexões sobre a Educação Infantil*, faz uma análise da história da infância e a Educação Infantil a luz desta historiografia da infância, as contribuições de Phillippe Ariés (1960), a partir da publicação do livro *História Social da Criança e da Família*, que embora críticas, impulsionou estudos sobre a criança e suas infâncias, bem como a necessidade de um olhar mais cauteloso a essa categoria geracional.

O ponto que segue pensa o *lugar de fala da criança* que, por meio de Kuhlmann Jr. (2000) passeia nos registros das primeiras instituições infantis, onde é possível refletir se de algum modo as crianças, dentro de suas infâncias, foram percebidas nos processos históricos ou vistas apenas sob uma ótica adultocêntrica.

Para tanto, Kuhlmann Jr. (2000) reflete e leva em consideração o modo como se deu o processo de colonização no Brasil e o fato das crianças terem sido emudecidas nesse processo, de modo que mesmo frente a abolição da escravização, meninos e meninas não terem sido respeitadas como sujeitos históricos e sociais, sendo tratadas por vezes com ações higienistas e apreendidas como um problema a ser “curado” pelo Estado.

Dentro do referencial teórico, mas não dentro daquele que abarca os estudos da história da criança e infância ocorre a abordagem do olhar dado a importância da acolhida na Educação Infantil no tópico descrito como, *Um fazer pedagógico acolhedor*, que tem como norteador o Currículo em Movimento Para a Educação Infantil do Distrito Federal (2018).

Mediante as reflexões iniciais, que adotam por base pesquisas pautadas na história e historiografia da infância, há a socialização de um *relato de experiência*, com o convite à reflexão acerca da importância em oportunizar a participação de crianças e famílias no processo pedagógico, a fim de melhor conhecer cada criança e a partir das especificidades construir um fazer pedagógico mais humanizado e acolhedor, de modo que suas características e experiências individuais possibilitem caminhos para relações dialógicas e aprendizagens significativas no ambiente escolar, sem perder de vista a criança como principal ator da Educação Infantil e construtora e agente histórica e social.

Frente aos aspectos apresentados, e o contexto exibido, o objetivo do estudo está em investigar como a Educação Infantil pode ser um espaço de escuta e fala, entre todos os envolvidos, com destaque a criança, a sua principal agente, e as ações didático-pedagógicas

docentes como mediadoras dessas práticas, de modo que embora não se tratando de uma pesquisa histórica, mas a partir de um fato certamente histórico, ancora-se nos estudiosos deste campo, na reflexão da historicidade dos silenciamentos e ocultamentos das infâncias e suas crianças ao longo dos tempos.

Por fim, mas dentro das considerações finais, há o desejo não de trazer uma resposta, porém o de fomentar a reflexão de: como os estudos no campo da história da infância podem contribuir para o construto de práticas pedagógicas mais acolhedoras na Educação Infantil?

A história da Infância e seu viés para estudos e reflexões sobre a Educação Infantil

Ao analisar algumas publicações acerca da história da infância e, de modo especial a luz da historiografia, nota-se que a temática da infância começou a apresentar maior destaque à partir da década de 1960 com a publicação do livro de Phillippe Ariès, *L'enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, traduzido no Brasil com o título de História Social da Criança e da Família que embora muitas críticas, concordâncias e não concordâncias, foi a primeira obra que abordou a infância e a criança de forma mais abrangente.

Frente as provocações feitas por Ariès (1960), que são impulsionados estudos relativos à infância e suas análises histórica e cultural, o que possibilitou dentre tantas ponderações e estudos, como assinala Arce (2007), quando destaca, por exemplo, o pioneirismo de Sônia Kramer nas pesquisas na área da Educação Infantil no Brasil ao dizer que ela permitiu alçar apreciações à predominância da psicologia como norteadora dos trabalhos na área da educação e propostas educacionais concernentes a infância.

É com esse impulso por entender a infância e o processo a qual se constitui e constituiu ao longo dos tempos, que alguns trabalhos assinalam no Brasil políticas públicas reguladas por uma educação compensatória e o descaso em implementar e fazer prevalecer políticas públicas educacionais eficientes e contínuas, sobretudo aquelas voltadas para a infância. Tendo em vista a tantas descontinuidades, em períodos diversos da história do Brasil, é que somente a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988 a Educação Infantil conquista espaço dentro da Educação Básica e assim políticas públicas mais diretivas.

Nesse sentido, de acordo com o texto constitucional de 1988, artigo 208 incisos I e IV, é dever do Estado assegurar uma educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, organizada na forma de: Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Até então, antes da Constituição Federal Brasileira de 1988, a Educação Infantil apresentava um caráter

essencialmente assistencialista, ou seja, o Estado não tinha um compromisso legal em ofertar vagas, espaços e ensino as crianças e nem tão pouco profissionais qualificados para tanto.

O crescimento pelo interesse em pesquisar e melhor entender e atender a infância junto a implementação de uma base legal, que a torna obrigatória, excita a reflexão de como tem se alicerçado a Educação Infantil no contexto institucional e como ela vem sendo construída, refletida e modificada ao longo de cada tempo, espaço e contextos sociais e culturais diversos, bem como a interrogação e busca por compreender como se dá o fazer pedagógico e se este leva em consideração a escola como espaço de fala, acolhimento e escuta sensível, ou tem se configurado como um ambiente de mera reprodução de práticas pedagógicas que pouco valorizam os envolvidos.

Campos (1997), ao analisar alguns estudos realizados na Grã-Bretanha, Estados Unidos e América Latina, sobre o papel da pré-escola e creches, conclui que quase todos os trabalhos analisados mencionam o papel de uma boa comunicação com as famílias para melhor desempenho das crianças e que os investimentos realizados nesta etapa são os que talvez possibilitem maior retorno à sociedade como um todo, mesmo que a longo prazo.

Diante de conclusões como esta que é válido pensar a instituição infantil como um espaço que acolha a necessidades pontuais dos envolvidos, de modo que ao longo do processo pedagógico se construa os mais diversos vínculos e o ambiente da Educação Infantil seja entendido não como espaço de saber unidimensional, hierárquico ou aquele destinado a tão somente permanecer com a criança, porque há uma legislação que “obriga” ou as famílias não tenham onde “deixá-las”, por exemplo, quando seus tutores necessitem ausentar-se para o trabalho.

A instituição de educação infantil carece ser apreendida como direito das crianças dentro da completude que as infâncias as possibilitam e não com base a um vir a ser regulado por interesses do mundo adulto. Logo, ideias que por vezes perpassam, até de forma subjetiva, em práticas pedagógicas que buscam impor valores e preceitos morais, em detrimento da construção do respeito mútuo entre as partes envolvidas e a diversidade apresentada, sobretudo nos primeiros anos da educação básica, deveriam priorizar e oportunizar ações que tornem possíveis construções um aprender e ensinar mais próximo, mais dialético e que viabilize o acolhimento e a escuta ativa e sensível entre os pares que compõem os espaços propostos as vivências na Educação Infantil.

É sob essa visão que é notada influência e necessidade de abdicar de alguns aspectos já verificados no século XIX, quando dos primeiros jardins de infância no Brasil, onde a prática era fundada no modelo pedagógico

européu, que conforme aponta Kuhlmann Jr. (2000) existia ao papel de “moralização” da cultura infantil, numa perspectiva de educar para o controle, com precária valorização das especificidades das crianças, seus tempos, espaços e histórias.

A infância e o seu lugar de fala

Na maioria das vezes contemplamos o momento de acesso à Educação Infantil, inclusive entre profissionais da educação, como algo bastante natural ao modelo social da maioria das sociedades contemporâneas, que frente a essa aparente naturalidade talvez ocorra o fato de nem sempre nos permitimos a interrogar o modo como a educação em instituições para a infância se compôs e ergueu-se ao longo dos tempos.

No Brasil, segundo Kuhlmann Jr.(2000), as instituições de Educação Infantil começaram a chegar por volta da década de 1870, junto com o crescimento das relações internacionais, o que cronologicamente contabiliza pouco mais de um século, mas que também não significa dizer que nos cinco séculos que antecedem a esta data não tenha existido diversas representações da infância e a respeito da educação desta.

Nesse sentido é válido destacar que mesmo que se delimite um tempo, um espaço, um teórico e um contexto, paralelamente existiram outras representações de infância, para além daquelas delimitadas por um dado estudo, teórico, espaço e tempo. A completude de cada infância e a sua diversidade pode ser motor da complexidade em compreendê-la.

É conveniente, para tanto, levar em consideração aspectos que transitem por campos diversos, para além daqueles biológicos ou psicológicos, como aqueles que tocam aos aspectos socioculturais. Todavia, muitas vezes, tais aspectos, considerações e olhares são do ponto de vista do adulto, uma vez que a própria etimologia da palavra infância origina-se do latim *infantia*, do verbo *fari* (falar), onde *fan* significa falante, e *in* constitui a negação do verbo. Assim sendo, *infans* alude ao indivíduo que ainda não é capaz de falar. Dentro desse enredo é que Becchi (1994, p.64) assim dialoga:

[...] enquanto in-fans, ela não sabe falar. A infância existe, portanto, no reino da palavra “outra”. Da palavra que se quer dotada de poder, não só porque fala daquilo que não fala, mas também enquanto deve “fazer falar” quem não é ainda capaz de palavra; e que para exercer tal poder utiliza meios e artifícios retóricos. Um primeiro e fundamental sinal de tal domínio é que o não-adulto, em boa parte das línguas neolatinas e também em inglês, se apresenta sob forma de metonímia: de fato, infante deriva de in-fari (= que não pode falar) onde uma parte (a incompetência linguística) designa o todo. E não se trata somente de uma metonímia pura e simples, porque é expressa em negativo (infanzja), é uma metonímia com valor de litotes.

A origem etimológica da palavra infância, bem como seus atores, as crianças, leva-nos a questionar sobre seu espaço de fala e escuta na sociedade, visto que a história é contada sob o ponto de vista dos adultos, políticas públicas são comumente implementadas frente às necessidades sociais de adultos, projetos pedagógicos e o seu fazer pouco ouvem e/ou oportunizam a voz da criança, sobretudo daquelas de classes sociais menos beneficiadas.

Assim sendo, a pedagoga e historiadora italiana Egle Becchi (1994), pondera que a infância nasce e existe “para o outro”. Não só a nível do real, aonde ela existe em função de seres diferentes, os adultos que as governam e a quem elas serão assimiladas, mas também a nível do discurso, uma vez que ela é descrita e denotada através de realidades díspares dela mesma. O próprio modo como se deu a colonização e escravização no Brasil levam a refletir o quanto as crianças indígenas, colonizadas ou escravizadas foram cruelmente silenciadas frente a violações e anseio por domínio. Sobre esses silenciamentos e imposições, Kuhlmann Jr. (2000, p.469) destaca que:

em abril de 1500 houve um “encontro entre os navegantes portugueses e as populações nativas”. Esse “encontro” representaria “o pluralismo étnico e cultural que caracteriza a sociedade brasileira”. Mas não foi um encontro esperado: aqueles que receberam os visitantes sofreram expropriação, embuste, aculturação e genocídio. O nosso “pluralismo étnico e cultural” carrega as marcas de uma colonização discriminatória que foi contra a natureza e as culturas distintas, que assentou no regime escravista, que constituiu sua população produtiva explorando indígenas, africanos, europeus e asiáticos que sobreviveram ao exílio.

Após o declínio da institucionalização desse contexto colonial houve uma lenta propagação das instituições para atendimento de crianças no Brasil. A abolição da escravatura e queda da monarquia fez com que de algum modo se forçasse a pensar no que fazer com as crianças, sobretudo as filhas de escravos. Para tanto e mais uma vez recorrendo a Kuhlmann Jr. (2000) é que foi encontrada as primeiras referências sobre a criação de creches, de modo que esta parece acender como uma urgência social, para garantir um certo bem-estar na organização das novas exigências do mundo do trabalho adulto, que estava a se configurar na República brasileira.

Somente no período republicano é que encontramos referência à criação de creches no país. A primeira delas, vinculada à Fábrica de Tecidos Corcovado no Rio de Janeiro, é inaugurada em 1899, mesmo ano da fundação do “Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro” (IP AI-RD, que posteriormente abrirá filiais em todo o país. (KUHLMANN Jr., 2000, p.476)

Aqui cabe destacar, mais uma vez, que nem sempre a figura do Estado ocupou-se com essa preocupação, ficando a cargo, na maioria das vezes, a entidades filantrópicas, associações de mulheres, obras de caridade vinculadas a igrejas, médicos, dentre outros e que quase sempre tinha um caráter higienista, de guarda e cuidados físicos.

A “proteção à infância” ganha um ímpeto em relação ao momento em que se anunciou-no o caso da escravidão e da monarquia. São políticos, educadores, industriais, médicos, juristas, religiosos que se articulam na criação de associações e na organização de instituições educacionais para a criança pequena. Esse processo se estende por todo o país. “Cuidemos da infância de nossa pátria”, intitula-se o discurso do presidente da Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida, DL Vieira Souto, que era chefe da maternidade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro em 1917. (KUHLMANN Jr., 2000, p.476)

Diante de tais indícios revelados por Kuhlmann Jr. (2000), através desta pesquisa, é que certamente a criança era vista como um problema, um entrave para o desenvolvimento. Deste modo, ouvi-la e entendê-la parecia pouco urgente, desconhecido ou quicá supérfluo para aquele momento da história.

Um fazer pedagógico acolhedor

As informações pontuadas até então são concisas e não adentram pontualmente a conceitos e dados empíricos, naquilo que tange as pesquisas relacionadas a história da educação, historiografia, infância ou a Educação Infantil, contudo são informações que provocam a reflexão sugerida – Instituição de Educação Infantil: espaço de escuta, fala e fazer pedagógico acolhedor e sensível.

Aqui, ao se falar em acolhida será levado em consideração o entendimento acerca do acolhimento presente no Currículo em Movimento da Educação Infantil do Distrito Federal (2018), fazendo um viés de como a Educação Infantil, um relato de experiência pessoal e possíveis influências de aspectos abordados a luz da historiografia da educação, a forma como essa etapa educativa foi construída ao longo dos tempos, passando por aspectos assistencialistas, jardins de infância, pré-escolas para as classes mais elevadas e creches para a classe trabalhadora, de modo que nem sempre a intencionalidade pedagógica evocou valor, frente às necessidades de “alocar” crianças pobres enquanto as mães iam trabalhar, por exemplo.

Sobre o entendimento de acolhida/acolhimento o Currículo em Movimento Para a Educação Infantil do Distrito Federal (2018), diz que deve permear todos os contextos da construção e reconstrução das práticas pedagógicas na Educação Infantil.

Todos, crianças e adultos, são sensíveis ao acolhimento. Afinal quem não gosta de ser bem recebido? A qualidade do acolhimento garante êxito da inserção da criança no contexto da Educação Infantil. Para que isso ocorra, é fundamental que se faça compreender que o processo de acolhimento exigirá esforços tanto da criança e de seu pais, que buscam adequar-se a essa nova realidade social, como também do professor e instituição educativa, que precisam preparar-se para recebê-la. Em suma, o estabelecimento de vínculos positivos depende fundamentalmente da forma como a criança e sua família e/ou responsáveis são acolhidos na instituição que oferta Educação Infantil. (DISTRITO FEDERAL, 2018, p.38)

Para excitar a compreensão sobre a importância do acolhimento e escuta sensível, como possível meio de agenciar a fala das crianças na Educação Infantil, de modo a favorecer de tal maneira, as crianças e de algum modo seus responsáveis, que também são parte do projeto pedagógico é socializado, de forma abreviada, um relato de experiência, que pontua a vivência docente da autora e sua busca por promover espaços de escuta e fala na prática pedagógica com a Educação Infantil em um Centro de Educação Infantil, no ano de 2020 na Região Administrativa de Ceilândia-DF.

Um breve relato de experiência com a Educação Infantil

Com a crise sanitária mundial ocasionada pela Covid-19 pareceu mais evidente a importância do meu trabalho como professora das crianças pequenas. Em presença da pandemia e as novas necessidades impostas com o ensino remoto na Educação Infantil foi notada em meio a prática e o dia a dia escolar a maior importância e urgência de melhor acolher e ouvir crianças, famílias e responsáveis, para que de algum modo se sentissem verdadeiramente inseridos e inseridas nesse formato emergencial, precário, sofrido e muitas vezes desigual, pois as realidades cruéis daquele momento, potencializadas pela pandemia, se tornavam cada vez mais claras e próximas da rotina escolar, a medida que era proposto, acolhê-los, ouvi-los e olhar de forma humanizada e afetiva a cada um dos envolvidos no “novo cotidiano escolar” e que seriam, também, mediadores do trabalho pedagógico, visto que as aulas ocorreriam e ocorreram de forma remota e as famílias e responsáveis passaram a ser ainda mais fundamentais.

O objetivo enquanto professora da Educação Infantil, naquele ano atípico de 2020, não era tão somente o de gravar aulas, “produzir” aulas on-line para crianças de cinco anos, registrar frequência ou não frequência. Crianças, famílias e responsáveis precisavam de muito mais que uma profissional propondo atividades ou metodicamente cumprindo horários e dias letivos. O trabalho realizado ao longo do ano letivo de 2020 com

a turma de segundo período da Educação Infantil teve como focos principais a acolhida, a busca ativa e a afetividade que são intrínsecos ao trabalho com crianças. No ensino remoto, com as crianças, famílias e responsáveis, viu-se a partir do diagnóstico inicial e o perfil da turma a necessidade destes elementos como base para o andamento pedagógico.

A partir da busca ativa, crianças, famílias e responsáveis foram tratados de maneira individualizada e, com a escuta sensível a estes, ao término do ano letivo estas pessoas evidenciaram sentirem-se acolhidas, através de um olhar individualizado que consistiu como base do trabalho pedagógico, pois suas emoções, situações e todo o contexto que viviam naquele momento foram levados em consideração.

A valorização e a empatia por cada uma das 25 famílias se fizeram de extrema relevância para alcançar uma boa participação das crianças e famílias, já que adaptações e acordos com os responsáveis foram realizados, de modo especial com aqueles que demonstraram maiores necessidades para alcançar as propostas pedagógicas das aulas online como, atividades escritas, desenhos, pinturas, brincadeiras cantadas, atividades psicomotoras, gravação de vídeos e fotos, dentre outras.

As famílias com dificuldades em realizar a proposta pedagógica, em alguns momentos, foram sugeridas atividades mais simples que pudessem englobar o maior número de habilidades, sem negligenciar as sequências didáticas planejadas ou comprometer, de modo geral, a aprendizagem, a avaliação formativa e as intervenções indispensáveis durante o processo de construção de vivências e aprendizagens.

Durante o ano letivo, por meio de aplicativos de celular ou chamadas de vídeo, muitas conversas e sentimentos foram partilhados por crianças e famílias. Conhecer melhor a cada um motivou-os a aprender e a partilhar seus saberes. Já os familiares, ocorreu a motivação para estarem juntos com as criança, acompanhando o processo pedagógico que, até certo ponto, dependeria deles, pois diante da idade das crianças e contexto do momento foram fundamentais na mediação desse processo.

Ao término do ano letivo escolar aconteceu uma aula da saudade virtual, em que 21 das 25 famílias e responsáveis participaram e manifestaram a sua gratidão pelo trabalho desenvolvido em um ano tão atípico, inconsistente e desafiador. Houve relatos de conforto e sentimento de gratidão, que na maioria das vezes partiram pelo fato da professora ouvi-los, demonstrando que o ato de aprender e propor aprendizagens se tornam mais significativos quando as emoções, sensações e questões relacionadas a acolhida humana são valorizadas.

A experiência vivenciada pela professora, crianças e famílias aconteceu em um Centro de Educação Infantil

na cidade de Ceilândia – DF, que é uma instituição da rede pública de ensino do Distrito Federal, localizada a cerca de 30km da capital do Brasil. Essa instituição de ensino atende exclusivamente a Educação Infantil na faixa etária de 4 e 5 anos. O público escolar eram filhas e filhos de moradores da região, que em sua maioria nasceram e cresceram naquela localidade do Distrito Federal.

Nessa turma 24 crianças e famílias eram residentes das imediações da escola, uma criança com sua família mudou-se para o estado do Maranhão e não integrou o ano letivo. A maior parte destes responsáveis, no período inicial da pandemia, ficou em casa devido ao fechamento do comércio e outros serviços e foram retornando ou perdendo suas ocupações à medida que restrições para fechamento ou abertura eram sinalizadas pelo poder público local.

Famílias enlutadas, desemprego, responsáveis e crianças fragilizadas, a professora da turma sensibilizada e em muitos momentos afadigada e aflita com ela, com os seus, com as 25 crianças (e tutores) e a busca por agregar, em alguma medida, nas primeiras construções sociais em ambiente escolar daquelas crianças.

Considerações finais

As reflexões pontuadas sobre a Educação Infantil e o viés desta a luz da historiografia e história da infância, e educação desta, levou a pensar a importância da instituição de Educação Infantil como espaço de escuta e fala para um fazer pedagógico acolhedor e sensível, visto que por meio do estudo e apontamentos realizados com base na bibliografia deste, foi percebido que as instituições infantis e os estudos acerca da infância nem sempre levaram, ou levam, em consideração todos os aspectos que constituem a criança, que perpassam aqueles biológicos e psicológicos, por transitarem naqueles que as atestam como construtoras, produtoras e agentes históricas e sociais.

Nesse sentido, com a apresentação de alguns estudos do campo da história da infância ergue a reflexão se as práticas cunhadas em ambientes educativos, ao longo dos tempos, reverberam a essência e necessidades infantis, a partir de suas diversidades, ou estão a atender emergências e exigências das representações sociais do mundo adulto.

Ao longo da história, com base nos autores referenciados, há indicativos de que o protagonismo infantil, em meio à estruturação e institucionalização dos ambientes educativos, foi deixado à margem, já que houve pesquisas que trouxeram a luz de que a incorporação de espaços destinados a infância fora pensados, sobretudo, a partir das necessidades históricas e sociais do universo adulto.

Emerge, ainda, o valor histórico e reflexivo da publicação de Phillippe Ariés (1960), que certamente

estimulou as pesquisas no campo da infância e, por conseguinte, posteriormente, na (e com) a Educação Infantil. A publicação de Ariés (1960) embora ocasione vários elementos que conduziram/conduzem a muitas discordâncias, oportunizou a reflexão por pesquisadores e suas pesquisas sobre a importância de considerar as infâncias nos múltiplos aspectos que as caracterizam, além de ampliar o olhar do leque investigativo dos estudos sobre (e com) as crianças e infâncias.

Frente ao arcabouço teórico comparecido, e qualitativamente analisado, junto ao relato de experiência, compreende-se que para um desenvolvimento integral e significativo da criança é necessário acolher esta, suas famílias e responsáveis, mas que contudo, o formato emergencial remoto deliberou, a priori, sobre o cumprimento de um calendário letivo, que tem sua relevância, mas que novamente não atendeu as necessidades da infância, sendo este momento passível de analogia com os registros das primeiras creches e jardins de infância, pontuados nos estudos de Kuhlmann Jr. (2000).

Ao longo do ano letivo de 2020 e o retorno das famílias as atividades presenciais, em seus ambientes de trabalhos, houve o questionamento sobre a “guarda” das crianças filhas destes trabalhadores e o modelo remoto que não proporcionou tal interface, por ser incoerente com a necessidade das famílias de trabalhar, mas sobretudo das mulheres mais humildes, como as mães que figuraram no relato de experiência, que se viram enviesadas entre a necessidade, e muitas vezes a preocupação solo, de não terem onde deixarem de forma adequada e segura suas crianças ao irem trabalhar.

Com esse infortúnio, geralmente dirigido com maior peso ao gênero feminino, é que ao longo daquele ano letivo foi necessário dialogar, sobretudo, com muitas mães, que se mostraram preocupadas em como manter sua fonte de sobrevivência, acompanhar seus filhos e filhas nas atividades remotas e não ter como ou com quem deixar as crianças quando estavam no trabalho. Kuhlmann Jr. (2000, p.11), pondera que ao longo da

história “a ampliação do trabalho feminino nos setores médios leva também a classe média a procurar instituições educacionais para seus filhos. [...]”.

Assim, a acolhida e escuta sensível da professora, possibilitou a construção de estratégias e proposituras pedagógicas que melhor se adequasse a cada realidade, reiterando a importância de possibilitar espaços de fala e escuta, a fim de construir, a partir das vivências cotidianas, ambientes de educação infantil que tenham como ponto de partida as especificidades dos envolvidos e faça sentido em suas vidas, ao valorizar suas particularidades no fazer pedagógico institucional.

Embora a importância e necessidade de considerar as vivências dos responsáveis, ao se tomar conhecimento de apontamentos favorecidos ou mencionados por fontes de pesquisas acerca da história e historiografia da educação/infância, que notificaram indícios de ações e situações pautadas no olhar adultocêntrico, na organização das práticas educativas com crianças, percebe-se que embora verificada a importância em acolher os responsáveis, tendo em vista o relato de experiência, é essencial o cuidado por parte do docente, para que os anseios adultos não sobressaiam as necessidades das infâncias e das crianças, mas seja um recurso contributivo direcionado a promoção de ações assertivas no âmbito legal, de políticas públicas e práticas pedagógicas que resguarde integralmente essa categoria geracional.

Cabe ainda referendar a importância dos primeiros estudos no âmbito da história da infância, como fonte reflexiva para possibilidades de avanços sobre o olhar que ainda hoje temos com relação ao protagonismo infantil e o silenciamento das crianças em função de prioridades que regem o universo adulto e a relevância e o papel das instituições de Educação Infantil em desconstruir essa histórica invisibilização ao corroborar com práticas pedagógicas humanizadas, que assente os envolvidos como sujeitos ativos e a criança como ator principal, através da promoção de espaços de escuta, como verificado no relato apresentado neste estudo. ■

Referências

ARCE, Alessandra. **As pesquisas na área da Educação Infantil e a história da educação: construindo a história do atendimento às crianças pequenas no Brasil**. História da Educação (UFPEL), v. 01, p. 107-132, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29393>. Acesso em: 30/5/2023.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 [1ª edição: 1960].

BECCHI, Egle. **Retórica da infância**. Tradução Ana Gomes. Perspectiva, Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 22, p. 63-95, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10743/10258>. Acesso em: 30/5/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

CAMPOS, Maria M. M. **Educação infantil: o debate e a pesquisa**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, v. 101, p. 113-127, 1997. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/754>. Acesso em: 20/5/2023.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Infantil** – Pressupostos Teóricos. Secretaria do Estado de Educação, 2018.

KRAMER, Sonia; HORTA, José Silvério Baia. **A Ideia de Infância na Pedagogia Contemporânea**. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1743/1482>. Acesso em: 19/6/ 2023.

KUHLMANN JR., Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago nº 14, 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200002. Acesso: em 18/6/2023

KUHLMANN JR., Moysés. **Histórias da educação infantil brasileira**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 14, p. 05-18, jul. 2000. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>. Acesso: em 21/6/2023.

KUHLMANN JR. Moysés. Educando a infância brasileira. In: **500 anos de educação no Brasil**. Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga (orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.p. 469-496.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U, 2020.